

Imaginário da objetividade: ensaio sobre algumas práticas jornalísticas

Luiz Felipe Baêta Neves*

RESUMO

O artigo analisa algumas das formações ideológicas preponderantes na concepção – e feitura – de jornais diários. São, igualmente, observados modos de articulação de tais formações ao imaginário cultural e possíveis resultados prático – históricos dessas articulações, frequentemente complexas – e de gênese obscura. Palavras-chave: teoria da comunicação; imaginário social; história contemporânea.

SUMMARY

The article analyzes some of the preponderant ideological formations in the conception - and making - of daily newspapers. Some manners of articulation are equally observed as such formations to the cultural imagery and possible practical results – in the historical context of those articulations, frequently complex, and obscure genesis.

Key words: theory of the communication; imaginary social; contemporary history.

RESUMEN

El artículo analiza algunas de las formaciones ideológicas preponderantes en la concepción – y en la producción – en los periódicos diarios. Son, también, observados modos de articulación de tales formaciones al imaginario cultural y posibles resultados prácticos –históricos de esas articulaciones, frecuentemente complejas – y de génesis oscura.

Palabras claves: teoría de la comunicación; imaginário social; historia contemporânea.

O ensaio que se segue é um esforço de compreender melhor certa relação que se estabelece entre uma determinada ideologia sobre o jornalismo e seus pressupostos teóricos e epistemológicos. Busca, assim, mostrar de que modo uma noção que se supõe “científica” e “racionalista”, porque “fria”, “equânime”, “objetiva” e “imparcial”, se alia, inconscientemente ou não, pouco importa à visão ideológica que traz consigo um feixe de noções empiricistas e uma teoria da história curiosamente a-histórica.

O imaginário aqui descrito articula-se à ideologia mencionada e é tão mais relevante quanto mais quotidianos e rotinizados são os hábitos de leitura de jornais a que nos habituamos. É como se estivéssemos habituados a não pensar que nossas práticas mais repetidas são, também, analisáveis. E que, ainda uma vez, só pudéssemos “suspeitar” analiticamente de diferenças ou quanto a sociedades muito distantes ou face a problemas cruciais para o “destino do homem na terra”. Este ensaio é, pois, uma tentativa de intervenção teórica antropológica em um dos mais repetidos gestos do Ocidente contemporâneo: a leitura de um jornal diário. E não trata apenas da leitura mas, também, de algumas regras possíveis de sua produção ideológica.

É um primeiro movimento no sentido de estranhar, de desnaturalizar, de distanciar (e aproximar); de transformar em objeto de conhecimento teórico um bem cultural considerado decisivo para a formação disso que, do século XIX a nossos dias, passamos a chamar de “opinião pública”. É uma tentativa de mostrar o jornal como produto histórico cultural, como agente (e não só paciente, “receptáculo isento”, como tantos querem) social.

O “jornal” que analisamos não existe, provavelmente, como materialidade “concretamente tocável” (o que é “concretamente tocável”?). Ele é um jornal, contudo, “realmente possível” porque seria o resultado de um feixe de aspirações tão bem intencionadas quanto carregadas de perniciosidade e esquivos compromissos sociais. O mito do jornalismo objetivo que aqui analisamos, o mais vigoroso quer entre os profissionais, quer entre seu público “médio” no Brasil, propicia oportunidade estrategicamente muito significativa de discutir, a partir de uma articulação entre antropologia, história e epistemologia, conceitos como formação cultural, ideologia e mudança (ou permanência social), tempo e espaço, em uma sociedade complexa.

A dificuldade maior encontrada é a raridade do modo de constituir conceitualmente o tema na literatura corrente, não só na literatura especializada de cada disciplina, mas, também (e pior), em esforços multidisciplinares como este. O que apresentamos, portanto, não pode ser um quadro rigoroso e completo do assunto; são linhas gerais de investigação, até aqui aparentemente pouco desenvolvidas por outros autores. E que propomos à observação pela forma de ensaio de outros pesquisadores interessados em iluminar os desvãos da sociedade em que vivemos.

Os cortes

Os cortes temporais – Nesta formação ideológica e imaginária, o primeiro corte temporal que o jornalismo se propõe cumprir é o que se subordinaria ao (corte) oriundo do evento. O jornal seria, desta ótica, algo como um grande veiculador dos “fatos” que seriam a substância mesma da história humana. “Substância” que não é uma trivialidade consensual; é um pilar do essencialismo metafísico (anti-histórico, pois...). O jornal cumpriria, em relação ao “fato”, uma inter-

venção tríplice. A primeira face de tal intervenção seria a do registro: o jornal mencionaria acontecimentos notórios, simplesmente. A segunda face seria, por sua vez, dupla: o jornal “descobriria” o fato e, em o veiculando, este se tornaria público. A terceira face seria a da hierarquização de fatos notórios ou descobertos segundo critérios de importância, urgência ou excepcionalidade. A “ideologia do evento” expressa, na realidade, um feixe ideológico peculiar. Em primeiro lugar, tal ideologia propõe uma divisão da história extremamente rígida e previsível sob um véu de flexibilidade e inesperabilidade. A rigidez e a previsibilidade se originam de uma suposição única: a história humana se constitui por uma sucessão de “fatos”, que são uma alteração de um estado anterior. Assim, a história seria uma infinita sucessão de descontinuidades, de novidades sem fim (sem começo), de alterações quotidianas. Ora, uma “infinita sucessão de descontinuidade” acaba por construir seu contrário: uma concepção linear, sem misturas ou descontinuidades, da história.

A história poderia ser narrada como se narra uma história ficcional, onde uma sucessão de acontecimentos parece exibir uma lógica auto suficiente. Auto suficiência que é outra linha de força básica para a ideologia da história (do jornal) na medida em que a notícia, a sucessão das notícias, se remete a si mesma, supondo que a lógica da história seja a lógica do encadeamento lógico dos acontecimentos, sem que haja necessidade de conhecimentos “anteriores” ou “externos”. A história “factual” dos jornais oculta uma ambigüidade: ela se quer voltada para fora, para o mundo, captando o e devolvendo-lhe especularmente sua verdade. Afirma uma abertura máxima porque nega que o seu mundo é o mundo construído pelo amálgama de forças históricas de que o jornal é expressão. Esta ideologia do jornal é a de um

espelho, porque é a teoria de uma ausência de deformidade, de uma presença que não é nada em si mesma, já que sua importância vem daquilo que reflete e reflete sem interferir na “produção” daquilo que surge em sua superfície.

O espelho/jornal imagina uma presença ausente: está no mundo, na história, mas nela não interfere; está fora do mundo e da história. O esforço está em mostrar que a história se produz sem a presença do observador (tanto o jornalista quanto o leitor). O jornal como “observador” supõe uma atitude extremamente arrogante e pretensiosa quando se afirma “não ingerente nos negócios do mundo”; na realidade, afirma, sem o dizer, que seu objetivo precípua é, humildemente, contar uma história alheia.

O que tal ideologia da informação não pode ver é o profundo paradoxo que recobre sua teoria da escansão histórica. O evento jornalístico é, na verdade, suposto como uma exceção, de maior ou menor grau de excentricidade. Percorrer a história seria percorrer a sucessão de novidades que o jornal estampa. Esta visão da história como interminável novelo de alterações simplesmente não mostra que tais “fatos” são alterações, sendo palmar que só se altera um estado anterior. É como se lêssemos (?) um texto (?) absurdo que não teria texto... apenas pontos de exclamação, vírgulas, pontos finais. A história seria, desta ótica, uma estranhíssima sucessão de cortes que cortariam a si mesmos e de alterações que alterariam alterações. Este absurdo texto feito de pontos esquece que esconde, assim, a produção (construída) do texto real; a monótona constatação de novidades banaliza a noção de transformação histórica diluindo-a na reiteração e no cotidiano e descobrindo a em toda parte.

A idéia de que o jornal é o “veículo das novidades” guarda um perigo político (entre outros) relevante: o mundo parece estar mudando a cada dia, a vida continua, a humanidade

não estagnou, o novo é o progresso. A extrema lentidão, a permanência, as reiterações, os ritmos quase imperceptíveis da história aqui não aparecem, como se fossem temidos sinônimos do nada, do vácuo, da morte. Há uma cadeia ideológica: identifica-se a novidade jornalística com alterações históricas, estas com a própria história, a história com o “necessário progresso unilinear da humanidade”.

A “ideologia da novidade” (da “nova” jornalística) é duplamente conservadora: o leitor supõe que ele (como o jornal) não precisa fazer coisa alguma para que a humanidade “progrida”; a novidade é visível e onipresente no corpo do jornal porque, mesmo que esteja ausente de uma área, opera em outras e pode, por definição, irromper, a qualquer momento, em qualquer área.

Se tomarmos o fenômeno historicamente recente do aumento da violência e/ou do crescimento da corrupção – ou o do retorno da beligerância imperial, talvez se possa vislumbrar uma “novidade” desta “ideologia da novidade”. Assim, os leitores poderiam esperar – ou mesmo demandar – que a novidade seja repetida, apareça novamente o mesmo. O imaginário da excepcionalidade sofreria, agora, uma torsão peculiar: passa a mostrar diferentes aspectos de um mesmo objeto; “o mundo, na verdade, é sempre o mesmo, apenas varia, mas a essência é a mesma”, pensaria este nosso hipotético leitor (consciente ou não da coincidência de sua posição com a de tantos pessimismos pós-modernos). É como se dissesse como o integrante de determinada sociedade tribal, ao ver o sol nascer: “O ontem amanheceu de novo”.

A isto se poderia somar a sedução ideológica que pode conquistar sem dificuldade o leitor; a de que ele de tudo está participando, independente de qualquer conotação que a palavra “participação” possa ter no vocabulário político.

Creio que hipótese tão plausível quando pouco explorada – e que aguça o fenômeno – é aquela em que o leitor se imagina (co)autor do fato. Hipótese estimulante que não caberia, aqui, desenvolver.

* * *

Esta “teoria” do “corte” como “teoria da história” tem uma sólida base material. Que é a periodicidade mesma do jornal: ele é diário, é comercializado a partir de determinadas horas do dia (matutino, vespertino). Como se os ritmos históricos fossem tão metodicamente recortados e a continuidade do mundo se desse pela continuidade/contigüidade das edições. Mesmo as seções fixas, as colunas de crítica, os cadernos classificados, especiais ou de serviço, se não têm uma frequência diária, conhecem um aparecimento regular predeterminado. A história passa a ter um suporte material temporal na moldura fixa das rotinas dos diários. Moldura permanente longa, “infinita”, de duração temporal e, ao mesmo tempo, quotidianamente reiterada. Magnífico suporte para uma ideologia empiricista irmã do senso comum que quer ver a história como alguma coisa da ordem do visível, do tangível, do imediatamente constatável, do concretamente vivido... alguma coisa que não precisa ter recortes temporais obscuros, ritmos conflitantes entre seus setores constitutivos, acelerações, retardos, recuperações. Não (afinal para que complicar); os recortes reais da história são os recortes reais da cronologia de qualquer calendário, das datas impressas ao alto de cada folha de jornal. Não se precisa discutir, abrir manchetes, para a precipitação de fatos no tempo; o jornal tudo é capaz de encaixar porque, se não pode discutir o tempo, é porque ele piamente acredita que o tempo histórico é algo já dado e não um constructo que os grupos sociais produzem de modo diferenciado e muitas vezes antagônico, e que

frequentemente desconhece qualquer relação isomórfica com escansões da ordem do senso comum... ou da percepção vulgar de uma escansão singular de uma ciência singular (de uma teoria construída), que se desdobra no tempo da história como qualquer outra que é a astronomia. Esta apropriação ideológica, que supõe uma simbiose entre a cronologia da história teoricamente elaborada e a cronologia quotidiana, envolve também um ideal de neutralidade, de ascético distanciamento do mundo: o jornal obedece a leis “naturais”; ele não tem nenhum comprometimento com a história imprecisa e tumultuada dos homens; sua periodicidade é uma forma oca e capaz de manter a isenção e a inalterabilidade todo o tempo.

O caráter empiricista deste Reino da Reificação Absoluta fica ainda mais evidente se percebermos que a novidade, a notícia, é alguma coisa de “concreta” e que imagina encerrar toda a (sua) verdade em si mesma. Ela é o que é; desconhece qualquer outra articulação não “visível”; encerra em si mesma todo seu poder heurístico. É algo neutro e indiscutível: o repórter viu (descobriu), o próprio repórter (ou um redator) redigiu, o jornal publicou, o leitor leu. Toda esta série de operações é vista como uma sucessão de opacidades, ou seja, supõe-se que o leitor toma conhecimento de forma direta da situação narrada pela notícia. O que vale dizer que não só o repórter é “neutro” mas, ainda, que todos os demais envolvidos no processo também o são e, mais do que isso, todas as coações de linguagem (para não se falar em outras coações socialmente determinadas) não alteram o fato jornalístico e nem a impressão ou a leitura podem fazê-lo. Do fato ao leitor não há nada que possa maculá-lo; o jornal não deve passar de uma espécie de suporte materialmente específico do “fato” mídia sem qualquer mediação...

O fato histórico nesta ideologia jornalística do tempo requer certas regras temporais de

leitura: o jornal deve ser lido no dia de sua publicação e, de preferência, assim que sai às ruas. Aquele leitor que assim procede estaria melhor informado, porque mais próximo temporalmente dos eventos relatados; o outro lado dessa suposição ideológica é a versão de que os acontecimentos sofrem um rápido processo de perecimento assim que deixam de ser nutridos pelas notícias.

Neste sentido, é como se a memória social dos homens fosse um imenso acervo de mensagens rotineira e infinitamente escritas e apagadas. Suposta está uma lousa, um quadro-negro mítico, anterior e permanente, em que tudo (ou mais exatamente: tudo que o equilíbrio desigual do controle social permitisse) poderia ser escrito. Lousa/quadro-negro que é uma “contradição-em-si”: sendo permanente (eterno...) acolhe a inscrição do efêmero; sendo uma forma (absoluta...) permite a escrita de inumeráveis conteúdos.

Como se fatos históricos envelhecessem e morressem se não fossem registrados; como se sua eficácia se devesse irretorquivelmente à sua veiculação pública; como se a memória social se constituísse apenas de um modo e segundo determinadas regras. Curiosa ideologia da memória que lembra aos homens que não devem preservá-la por mais que um dia para que no dia seguinte possam reativá-la. Além do que, reifica-se a teoria da ideologia “personalizando-a”: a memória social não é estrutura, pois se compõe da soma das memórias dos indivíduos leitores. Psicologiza-se uma estrutura (ou se passa a considerar tal soma uma estrutura, posição que tem defensores) e, assim, reitera-se a ilusão de que é o indivíduo o grande ator da história.

Esta individualização é patente na ideologia do noticiário não só pela quase absoluta regência dos fatos por atores humanos individuais mas, também, pela atomização e descontextualização de eventos não-humanos. Tudo

tende a aparecer como produto em si mesmo explicável de unidades; não há massas, estruturas ou sistemas de impossível visibilidade, no sentido mais corriqueiro do termo. Há uma espécie de ideologia espetacular no sentido de espetáculo cênico no noticiário jornalístico: há atores, que dizem seu texto, em um espaço material determinado. O que tem, como duplo, uma ideologia do leitor que seria, então, um espectador, absolutamente “individualizado”, que tomaria conhecimento da encenação do suceder infindo de peças dos seus isomorfos atores indivíduos. Para este tipo de proposta, são necessariamente obscurecidas a direção, a produção, a iluminação do espetáculo; são esquecidos estes e todos os outros elementos ausentes do palco (bastidores, camarins, corredores, coxias), como se a sua invisibilidade fosse sinônimo de sua irrelevância. O que os olhos do empiricismo não vêem seu coração não sente...

Retoma-se, então, a teoria da linguagem como imaculada/ausente suporte do fato. A fala dos atores é a mesma dos redatores: ambos teriam a mesma concepção da linguagem como algo que repete perfeitamente o fato. Para tanto, não é preciso nenhum esforço teórico maior; basta que se aja de maneira tecnicamente perfeita. A linguagem será tão mais neutra quanto mais legível pelo maior número de leitores, sua neutralidade poderia ser aferida pela facilidade de leitura por parte de, idealmente, todos os leitores. Esta “ideologia do estilo jornalístico” se imagina humilde e facilmente consumível. Na verdade, não se trata apenas do estilo escrito mas, também, do que poderíamos chamar de estilo do jornalista, que veria também de maneira equilibrada e distanciada os acontecimentos. Esta transparência ótica e textual visa a uma teoria do “eco perfeito”: a mensagem chega ao leitor tal como foi emitida. O que tal ideologia esconde é, em primeiro lugar, a plena vigência do jargão jornalístico, de

hábitos, cacoes, tradições internas e peculiares à prática jornalística cultural e historicamente determinada e que são veiculadas, inocentemente, como de domínio público. Em segundo lugar, todo esse exercício de isenção e bom senso escamoteia inteiramente a história porque imagina acontecimentos – jornais, jornalistas e leitores não como diferenciadíssimos produtos de conjunturas e estruturas históricas concretas, mutáveis e interagentes mas, sim, como peças fixas, iguais entre si, de lugares marcados e imutáveis e cujas relações são reguladas e resolvidas tecnicamente. Basta conhecer a técnica de definição, aqui, obviamente superlativa da percepção e comunicação humanas e tudo estará equacionado.

A mitologia da neutralidade ou, talvez melhor, a mitologia da ausência jornalística tem sua expressão mais flagrante na autodefinição do jornal como anônimo.

Os cortes espaciais – Sugiro alguns itens de reflexão quanto ao aspecto “físico” dessa ideologia empiricista vigente no jornalismo.

O primeiro, em evidência, dos cortes espaciais é o da primeira página. A primeira página é uma espécie de “rosto paradigmático” do jornal. Paradigmático na medida em que é uma súpula idealizada “a nível absoluto” do que o jornal conteria em seu interior. Ou, mais do que isto: a súpula perfeita do que “é” o jornal: um repertório de informações recentes, abrangendo os mais diversos setores da vida humana. Um espelho da história onde seria possível se ver tudo o que “aconteceu” no mundo de relevante de forma franca, objetiva, sintética nas vinte e quatro horas que antecederam a saída do jornal.

A primeira página seria um prosaíco do espetáculo humano, centro magnético de atração do leitor (do possível comprador), curiosíssima metonímia da vida, orgulhoso censor do que deve ou não chocar os homens, do que pode ou não

merecer o registro e a memória, que sofrerão alterações, lentamente, em geral, de temáticas amplas (como a da violência), mas que não alteram o símbolo da primeira página.

Subordina não só sua estrutura “própria” como a mais importante das páginas do jornal, mas, também, uma série de páginas internas que acolhem a seqüência, ou o desdobramento em matérias conexas, das manchetes segundo sua relevância (e dos dados disponíveis quando do “fechamento” da edição). Exibição patente da vassalagem que, à síntese, deve prestar a enunciação longa, o possível comentário. E esta síntese jornalística de que a primeira página seria o paradigma supõe-se absoluta, porque acredita em si como resumo perfeito do “fato” ou, não menos pretensiosamente, como capaz de pinçar no “fato” sua importância máxima (sua máxima excepcionalidade) ao escolher aquilo que o qualificaria como notável desenvolvimento discursivo.

Transposta a ‘solenidade’ da primeira página, sua espetaculosidade e o fascínio de seu mito de tentadora chave de segredos do que “oculta” (o “miolo” do jornal, o restante de suas páginas), o jornal imaginário mas tão plausível que “lemos” teoricamente aqui – conhece uma divisão material em “cadernos”. Como nas divisões “temporais”, o que se vê aqui é uma “razão” assim suposta: não fomos nós que escolhemos tal divisão; apenas a aceitamos como óbvio imperativo que reflete a vida, a natureza, a sociedade que a “razão” jornalística apenas enquadraria. Cumprido o ritual de isenção pela escolha dos cortes (ou melhor: pela aceitação acolhida dos cortes impostos pelo exterior), a ideologia jornalística se encontra solidamente fincada no solo do empiricismo e do naturalismo que lhe é caro e familiar.

Por que não agrupar a “vida”, a “natureza” e a “sociedade” senão em três grandes blocos (cadernos) de informação: o primeiro caderno,

o segundo, e o de “anúncios classificados”. Este primeiro grande agrupamento em conjuntos espacialmente distintos parece se reger (e esconder) por uma ética da sisudez: no primeiro caderno se reuniram os assuntos “sérios”; no segundo, os “frívolos”; nos classificados, os “mercantis”. Pelo menos em relação ao primeiro e segundo cadernos, parece haver uma contra-posição quase antagônica. O que, por exclusão, fica claro se percebemos a ideologia tão vitoriosa quanto historicamente recente, dos segundos cadernos: tratam do movimento artístico, acolhem as colunas sociais, os cronistas, a moda, as mudanças de “comportamento”. Tudo aquilo que é considerado passageiro, leve, desfrutável, inconseqüente; tudo aquilo que não se considera decisivo para a vida social ... porque não é produtivo, não resulta do trabalho e não o afeta. É a imagem refletida do que a versão produtivista desta ideologia jornalística veria (em plácidos espelhos d’água) como o “sorriso da sociedade”. O “trabalho” é sério; a “cultura” é uma “ilustração”, um “presente”, uma “recompensa”, melhor dizendo, das purificadoras, salvadoras agruras do esteio da vida: o poder, a produção, a seriedade/sisudez que, portanto, merecem o primeiro lugar (o primeiro caderno). No segundo, como na vida, o lazer “sucede” o trabalho; o leitor “descansa”. (De poucos decênios para cá, a “suja e irracional violência” passa a conviver com os “graves e decentes”, o que é tema estimulante para outro ensaio).

O modo de dividir o primeiro caderno veio aos poucos se cristalizando e pode ser, hoje, considerado quase uniforme na chamada “grande imprensa” diária no Brasil. Há páginas ou seqüências de páginas relativas à Política, Cidade, Nacional, Internacional, Estado, Esportes. Mais do que me deter na explicação individualizada de cada um de tais blocos, apontarei dois problemas gerais da divisão. O

primeiro seria o de reafirmar o caráter “autárquico” de tal divisão: a ideologia jornalística considera-os “dados”, “naturais” e, portanto, sem necessidade de explicação externa ou, *tout court*, de explicação. Visto de outro ângulo, a ideologia jornalística instaura um corte entre o seu conhecimento da realidade e o conhecimento produzido pelas disciplinas teóricas (de qualquer corrente) que tratam da mesma realidade, já que nenhuma de tais disciplinas ou correntes reconheceria como sua tal divisão. E, em paradoxo apenas aparente: tal ideologia jornalística também não assumiria a paternidade, porque está teoricamente impedida de fazê-lo: o jornal não seria apenas reflexo? Os reflexos não são centros; o jornal não é autor de nada.

* * *

O segundo problema geral se refere à atomização de cada um desses grandes blocos internos. Como, de fato, organizá-los? Como dar um sentido e um significado a estes agrupamentos supostamente temáticos? Como escapar da incrível ambigüidade deste objeto cultural que, se é uno, não admite leitura única, seqüenciada, articulada, entre seus diversos segmentos? De que centro, ou local de atribuição de organicidade, virá a possibilidade de que, deste esfacelamento aparente, surja um texto? Ou, melhor dizendo: em que texto inserir este texto desconectado e que parece candidamente destinado apenas à leitura parcial, infensa a intenções de totalidade? Ou: a leitura e a escrita do jornal não são um convite à compreensão setorializada do mundo, como se o jornal não passasse do canudo de um peculiar caleidoscópio de figuras – supostamente picadas e irrepetíveis?

* * *

A ideologia/apologia da neutralidade jornalística leva a outro modo de separação: o

que distingue graficamente notícias de análises. A separação/singularização mais evidente seria a dos editoriais que ora se encerram em páginas específicas, ora se distinguem pela família gráfica usada (negritos, itálicos, corpo diferente do resto do jornal), ora por se cercarem de linhas (em *boxes*, por exemplo, no jargão de jornal). O mesmo acontece com comentários não assinados que se seguem a notícias. Neste caso, é freqüente o aparecimento da indicação de que o que se segue é do “Departamento de Pesquisa” do jornal. E, então, o que se lê em geral é uma espécie de “resumo histórico” que marcaria os “antecedentes” do evento noticiado. Se pode ser de louvar a boa intenção de “melhor informar” o leitor com tal procedimento, creio ser mais relevante apontar algo menos imaculado e mais obscuro: o jornal, com a assinatura que concede ao “Departamento de Pesquisa” acaba por manter a “sua” anonimidade. “Concede” uma assinatura interna a si, mas distinta do que é o perfil do jornal; tão distinta que não se chama: “Editoria”; tão distinta que é bem rara, sublinhando apenas “eventos muito marcantes”. Situação muito semelhante seria a dos artigos assinados que embora “acolhidos” em um dado jornal se distinguem dele não só por sua “pessoalidade” mas, também, porque: 1) corroboram o jornal emprestando-lhe o prestígio do nome, na maioria dos casos consagrado, dos autores; 2) tem uma liberdade temático-cronológica maior do que a do restante do jornal, não havendo obrigação estrita e universal de que os articulistas tratem dos “assuntos do dia”.

Nos “segundos cadernos” a questão da autoria se flexiona um pouco. Há uma concentração maior de matérias assinadas, reunindo-se neles a “crítica de cultura” do jornal (artes plásticas, cinema, teatro, televisão etc.). É, ainda, muito maior o número de matérias assinadas em geral. O que parece apontar para um curioso e sutil traço

ideológico: o jornal tenta duplicar a autoria que vê nos artistas, que em grande maioria são os “temas” de entrevistas, que são algo muito mais “individual” e reforçador da mitologia do artista como indivíduo irrepetível, excêntrico, peculiar, cínico e criador solitário da beleza.

* * *

Há toda uma outra região temática a ser pesquisada, que seria o da articulação da “materialidade” do jornal com a “materialidade” do leitor. No seguinte sentido: sabe-se, até por meras pesquisas de mercado, que há uma tendência do leitor a “privilegiar” as páginas ímpares e ler do alto para baixo as folhas. Isto sabido, resta uma pesquisa de caráter histórico para se determinar não só as razões não apenas “ópticas” (naturais) para que o leitor assim proceda, mas para tentar compreender as razões culturais (ideológicas etc.) para que assim aja. E mais: de que modo o jornal induz uma relação determinada com o leitor através de um dado equilíbrio na distribuição das matérias na folha do jornal. Relação que, não sem motivos, é sabida mas não informada ao distinto público leitor..

Todos esses procedimentos favoreceriam uma presença menos “técnica” da semiologia, suserana hoje de tantos vassalos teóricos, em nome de uma visão histórico-cultural do problema. Isto, é evidente, sem que se tornasse a cair no engodo beletrista de se analisar somente as formas nobres, os conteúdos, os “significados profundos” dos objetos culturais; o desprezo pela materialidade, pela fisicalidade, não passa de um exercício de afetação intelectual flácida e inconseqüente, que tenta fazer perdurar a dicotomia Espírito/Matéria de todas as metafísicas.

*Luiz Felipe Baêta Neves é doutor em Antropologia, professor adjunto do Instituto de Psicologia da UERJ e autor, entre outros livros, de *Vieira e a imaginação social jesuítica* – Maranhão e Grão-Pará. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.